

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P.O. Box 3243 Telephone: +251-115-517 700 Fax: +251-115517844
Website: www.africa-union.org

SC14786 – 61/61/34/10

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima-sétima Sessão
7 - 12 de Junho de 2015
Joanesburgo, ÁFRICA DO SUL

EX.CL/ 915(XXVIII)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UNIÃO AFRICANA
SOBRE A FUNÇÃO PÚBLICA, GOVERNO LOCAL,
DESENVOLVIMENTO URBANO E DESCENTRALIZAÇÃO
BRAZZAVILLE, REPÚBLICA DO CONGO, 24-26 DE
NOVEMBRO DE 2014**

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA SEESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ
TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A FUNÇÃO
PÚBLICA, GOVERNO LOCAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E
DESCENTRALIZAÇÃO
24-26 DE NOVEMBRO DE 2014
BRAZZAVILLE, REPÚBLICA DO CONGO,**

I. ANTECEDENTES

1. De acordo com a configuração dos Comités Técnicos Especializados da União Africana (CTE-UA), as três conferências ministeriais a seguir, a Conferência Ministerial sobre a Função Pública (UA-CAMPS), a Conferência Ministerial da União Africana sobre Descentralização e Desenvolvimento Local (AMCOD), a Conferência Ministerial Africana sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD) foram fundidas e receberam nova designação de CTE-UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização; dos três CTE, apenas dois eram supervisionados e geridos pela Comissão da União Africana. A terceira conferência ministerial – AMCHUD – era gerida pela Conferência e Mesa da AMCHUD, com apoio técnico do Habitat-ONU.

2. Em Novembro de 2014, aquando da Conferência Extraordinária dos Ministros da União Africana sobre Descentralização e Desenvolvimento Local (AMCOD), que se realizou em Dakar, República do Senegal, a operacionalização do CTE-UA fez parte da agenda e foi debatida extensivamente, tendo sido dados esclarecimentos por alguns membros do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) da União Africana em relação a justificativa por detrás da transformação das conferências ministeriais em CTE.

3. Além disso, o Departamento dos Assuntos Políticos da União Africana também organizou uma outra reunião sobre a operacionalização do CTE-UA de 6 a 7 de Dezembro de 2013, em Lomé, República do Togo. O evento juntou peritos técnicos da AU-CAMPS e da AMCOD. A AMCHUD não se fez representar nesta reunião porque não funcionava no âmbito da arquitectura de governação da UA, mas os seus interesses foram tomadas em consideração durante os trabalhos. Os resultados da reunião também têm uns grandes impactos sobre a operacionalização do CTE-AU.

4. Em acréscimo, de 18 a 20 de Agosto 2014, o Secretariado do CTE-UA facilitou uma outra reunião de consulta técnica de planificação, de três dias, com as partes interessadas sobre a operacionalização do CTE-AU sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização em Adis Abeba, na Etiópia. Desta vez, o encontro reuniu pela primeira vez as três Conferências Ministeriais africanas, nomeadamente a Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública (AU-CAMPS), a Conferência Ministerial Africana sobre

Descentralização e Desenvolvimento Local (AMCOD), e a Conferência Ministerial Africana sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD). Ao todo, 12 (doze) Estados-Membros da União Africana (República do Benim, República do Congo, República dos Camarões, República do Gana, República do Quênia, República de Madagascar, República da Namíbia, República da Nigéria, República da África do Sul, República do Sudão, República do Chade, República do Uganda, e República da Zâmbia) participaram na reunião. Entre os participantes, contavam-se Ministros e peritos técnicos das anteriores três conferências ministeriais. A reunião também teve a participação das seguintes instituições e agências de desenvolvimento internacional baseadas em África - Associação Africana para a Administração Pública e Gestão (AAPAM), Habitat-ONU e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

II. PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CTE-UA SOBRE A FUNÇÃO PÚBLICA, GOVERNO LOCAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E DESCENTRALIZAÇÃO:

5. A Primeira Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização (CTE-UA N^o 8) foi realizada em Brazzaville, República do Congo, de 24 a 26 de Novembro de 2014. Os principais objectivos da reunião eram:

- a) Operacionalização do CTE-UA, e
- b) Harmonização do programa e das actividades acordados dos Subcomités do CTE-UA para os próximos dois anos (2015-2016).

6. A Reunião teve a participação de 30 (trinta) Estados-membros da União Africana, a saber: Argélia, Angola, Benin, Burundi, Camarões, Chade, Congo-Brazzaville, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Lesoto, Malawi, Mali, Mauritânia, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, República Democrática Árabe Sarauí, República Democrática do Congo, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia.

7. Estiveram igualmente presentes os parceiros de desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas nomeadamente o PNUD (Centro Regional para África) e Habitat-ONU, o Corpo Diplomático na República do Congo, convidados de honra e observadores que incluíam a comunidade académica e parceiros de desenvolvimento em todo o continente.

III. OBJECTIVOS DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CTE:

8. Os objectivos da Primeiros Sessão Ordinária do CTE são:
 - a. Constituir uma Mesa Significava do CTE.
 - b. Aprovar o programa e actividades do CTE.

- c. Discutir e harmonizar os três planos de trabalho do CTE-UA num plano de trabalho bienal (2015-2016).
- d. Discutir e aprovar o quadro dos recursos humanos e financeiros a serem mobilizados para a execução das actividades planificadas.
- e. Proporcionar uma plataforma de discussão entre o pessoal dos três Subcomités do CTE nomeadamente a Conferência dos Ministros da Função Pública (ACAMPS), a Conferência Ministerial Africana sobre Descentralização e Desenvolvimento Local (AMCOD) e a Conferência Ministerial sobre o Assentamento Humano e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD) sobre a harmonização dos seus programas como programa e actividade do CTE.
- f. Aprovar e desenvolver programas e actividades comuns no plano de trabalho d CTE.
- g. Trocar ideias sobre as melhores práticas entre os três Subcomités e a forma como estas práticas devem ser retidas no âmbito do CTE.
- h. Apresentação dos resultados da reunião de 18-20 de Agosto de 2014 para a Primeira Sessão Ordinária do CTE para análise e aprovação.

IV. RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PRIMEIRA SESSÃO DO CTE:

9. Os principais resultados da reunião foram os seguintes:
 - i. Acordo sobre a estrutura e o funcionamento do CTE.
 - ii. Acordo sobre os programas e actividades do CTE da UA para os próximos dois anos.
 - iii. Conclusão e recomendação do Regulamento Interno do CTE-UA aos Órgãos Políticos para análise e aprovação.
 - iv. Constituição da Mesa Significativa do CTE -UA para os próximos dois anos, Novembro de 2014- Novembro de 2016.

V. RESUMO DO PROGRAMA E DAS ACTIVIDADES DO CTE-UA PARA O PERÍODO DE DOIS ANOS (2015-2016):

EMBLEMÁTICOS	QUESTÕES TRANSVERSAIS /Convergência	COST IMPLICATIONS
FUNÇÃO PÚBLICA E ADMINSTRAÇÃO	- TIC	1. Financiamento das actividades do CTE
1. Carta Africana dos Valores e Princípios da Função Pública e Administração	- Mobilização de recursos	
2. Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflitos	- Gestão do conhecimento	
3. Prémios de Inovação do Sector Público de Toda a África	- Capacitação,	
DECENTRALIZATION AND LOCAL GOVERNAÇÃO	- Gestão & Medição do	
1. Apoio à Arquitectura de Governação da UA:		

<ul style="list-style-type: none"> - Carta Africana sobre Descentralização; - Celebração do Dia Africano de Descentralização 	<p>Desempenho</p> <ul style="list-style-type: none"> - M & A 	
<p>Apoio a Associações de representantes locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alto Conselho das Autoridades Locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Pontos/equipas focais a Nível Nacional 	<p>2. Agências de desenvolvimento podem ser convidadas para continuar a financiar</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Integração da descentralização e governação local na integração regional em África 	<ul style="list-style-type: none"> - Campeões de Serviço a nível continental 	
DESENVOLVIMENTO URBANO & ASSENTAMENTO HUMANO		
<p>Elaboração de uma Carta Africana sobre o Desenvolvimento Local e Assentamento Humano</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dias africanos 	
<p>Advocacia e Divulgação para priorizar a Habitação e Desenvolvimento Urbano como impulsionador da transformação económica de África (Agenda 2063)</p>		
<p>Facilitar contribuições colectivas nos discursos internacionais sobre o assentamento humano e desenvolvimento urbano (esp. Habitat III e Agenda de Desenvolvimento Pós-2015)</p>		<p>3. Apela-se a UA para aumentar o orçamento</p>

VI. ESPECTATIVAS PRINCIPAIS DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA:

- (1) Incorporar o pessoal os Secretariados das três antigas conferências (CAMPS, AMCOD E AMCHUD) numa estrutura da Comissão da União Africana e adstrito ao Departamento dos Assuntos Políticos (DAP) para facilitar os processos administrativos para a consecução desta recomendação mediante a sua aprovação pelo Conselho Executivo.
- (2) Fazer uma atribuição orçamental adequada para o trabalho do CTE sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;
- (3) Relatório sobre a operacionalização do CTE para os Órgãos Decisores da União Africana, de acordo com a decisão da União Africana.

VII. ACORDO SOBRE FUNÇÕES DA MESA DO CTE DA UA:

- (i) Facilitar a implementação efectiva dos programas e actividades do CTE;
- (ii) Supervisionar o Secretariado do CTE-UA;

- (iii) Representar o CTE ao nível de tomada de Decisão da União Africana onde e quando for necessário;
- (iv) Fazer acompanhamento das decisões tomadas durante a reunião de planificação técnica, realizada de 18-20 de Agosto 2014 para o Grupo adicional (Grupo de Desenvolvimento Urbano e Assentamentos Humanos para ser adicionado aos 5 (cinco) Grupos da Arquitectura Governação Africana (AGA); e
- (v) Facilitar a interacção entre a CTE-UA e outros CTE-UA em relação a áreas de interesse comum.

VIII. ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CTE:

- a) Recomendar que a União Africana deve fazer dotações adequadas no seu orçamento de 2016 para financeir as actividades do CTE-UA, uma vez que o Orçamento de 2015 foi concluído;
- b) A Mesa e o Secretariado do CTE devem convocar uma reunião dos doadores/parceiros para solicitar o seu apoio para os programas e actividade do CTE; e
- c) Apelar aos Estados-membros para a mobilização dos recursos necessários para a implementação eficaz dos programas e actividades do CTE.

IX. PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS DA SESSÃO ORDINÁRIA:

10. A Primeira Sessão Ordinária do CTE fez as seguintes importantes observações e comentários relativos à operacionalização do CTE:

- i. Observou-se que o Regulamento Interno do CTE não inclui disposições adequadas para as questões do assentamento humano e habitação. Aconselhou-se que a Secção 5 do Regulamento Interno seja emendada de forma a prever questões relacionadas com o assentamento humano e qualquer outro assunto que tenha sido omitido;
- ii. A reunião decidiu que, por enquanto, os respectivos Secretariados das outrora Conferências Ministeriais devem continuar a servir de braços operacionais dos Subcomités Técnicos do CTE. Além disso, que seria concedido um período de transição para a dissolução dos Secretariados, bem como para o cumprimento de outras obrigações legais com os financiadores e partes interessadas.
- iii. A reunião reconheceu que, embora a AMCHUD estivesse a funcionar com o apoio da Organização das Nações Unidas (UN-Habitat), após a operacionalização dos CTE, os programas seguintes seriam mantidos sob tutela da União Africana. A reunião concordou que a Mesa do CTE seja composta por Estados-Membros, com base nos princípios da União

Africana aplicáveis e que representantes sectoriais sejam contemplados nos Subcomités;

- iv. A reunião observou que, a fim de assegurar a consistência, existe necessidade de desenvolver uma carta de valores e princípios de desenvolvimento urbano, habitação e assentamento humano;
- v. A reunião concordou que o conceito de Campeão de Serviço desenvolvido no âmbito da CMPS era uma boa prática que terá de ser alargada às actividades abrangidas no âmbito do CTE e seus subcomités;
- vi. No que diz respeito à mobilização de recursos, foi acordado que a UA daria apoio ao CTE e os Estados-membros irão continuar prestar apoio aos programas e actividades no âmbito dos Subcomités do CTE.

X. ADOÇÃO DA DECISÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA:

11. Após uma extensa deliberação, a Primeira Sessão Ordinária concluiu os seus trabalhos com a seguinte Declaração:

Nós, Membros do Comité Técnico Especializado da União Africana sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização, reunidos durante a sua Primeira Sessão Ordinária, em Brazzaville, República do Congo, no dia 26 de Novembro de 2014;

Cientes da importância do CTE-UA para a criação de Estados capazes, democráticos e orientados para o desenvolvimento, com vista à realização da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e Agenda 2063 África;

Conscientes do Acto Constitutivo da União Africana, que criou os CTE como órgãos da União;

Invocando as seguintes Decisões da Conferência da União Africana (Assembly/AU/Dec. 227(XII), Assembly/AU/Dec. 365(XVII) e Assembly/AU/Dec. 526(XXIII) de 2009, 2011 e 2014), respectivamente, sobre a reconfiguração e operacionalização dos Comités Técnicos Especializados da União Africana;

Reconhecendo os desafios prevaletentes nos três sectores no quadro do CTE-UA na Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;

Reafirmando as várias decisões tomadas no passado, durante as três diferentes conferências ministeriais sectoriais;

1. **Manifestamos** a nossa profunda gratidão e apreço ao povo e ao Governo da República do Congo por acolher esta Primeira Sessão Ordinária do CTE da União Africana sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;

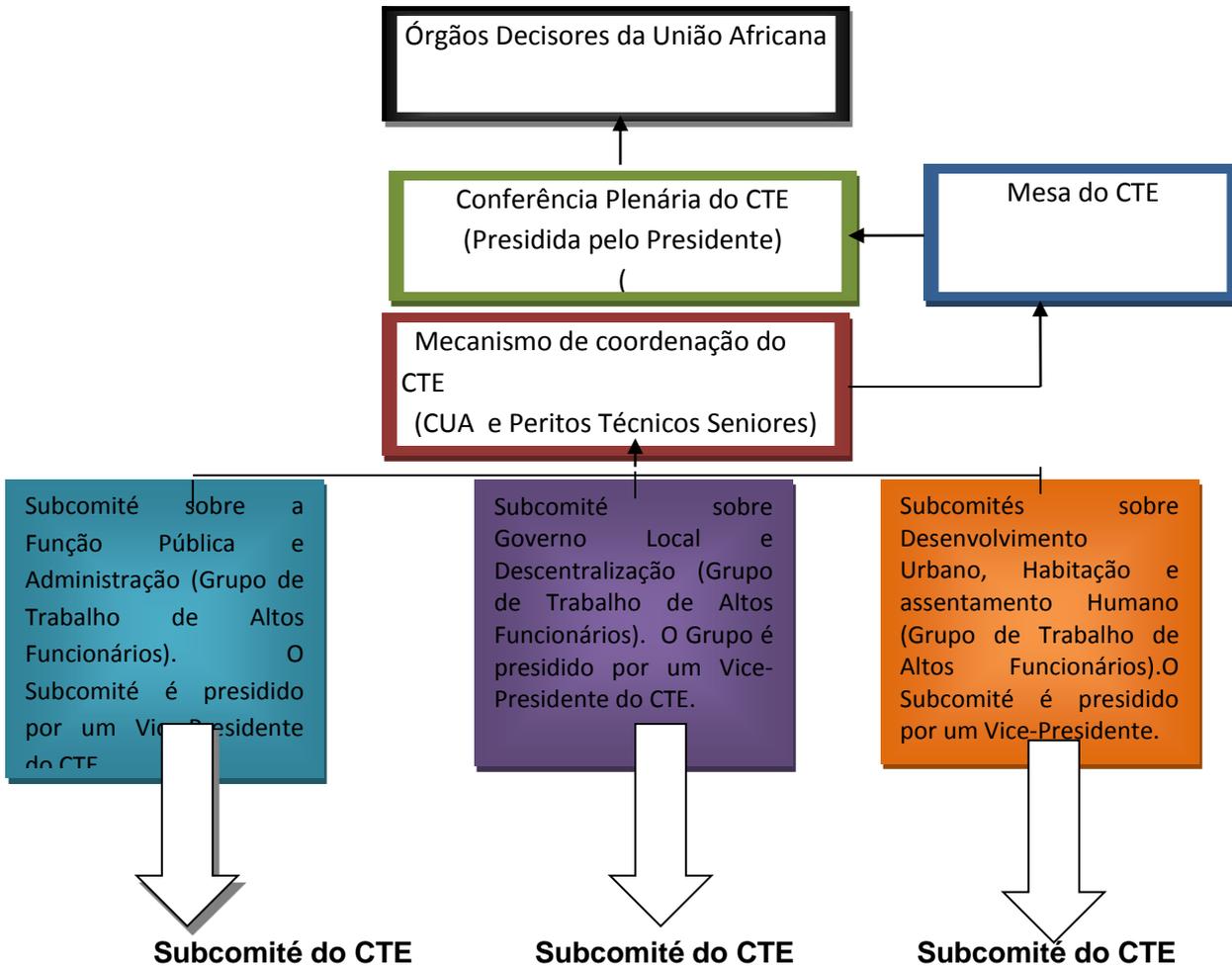
2. **Saudamos** o Secretariado do CTE, Departamento de Assuntos Políticos da Comissão da União Africana (AUC), e os Secretariados das outrora três conferências ministeriais por facilitar um processo de transição suave para o CTE da União Africana sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;
3. **Aprovamos** o Relatório dos Peritos Técnicos do CTE que nos foi apresentado.
4. **Elegemos** os seguintes membros para a primeira Mesa do CTE:

Posições	Subcomités do CTE	Regiões	Países
Presidente	Função Pública e Administração	África Central	República do Congo
1º Vice-Presidente	Descentralização e Governo Local	África Ocidental	República do Benin
2º Vice-Presidente	Desenvolvimento Urbano e Assentamento Humano	África Austral	República África do Sul
3º Vice-Presidente	Descentralização e Governo Local	África do Norte	República da Argélia
Relator	Desenvolvimento Urbano e Assentamento Humano	África Oriental	República do Quênia

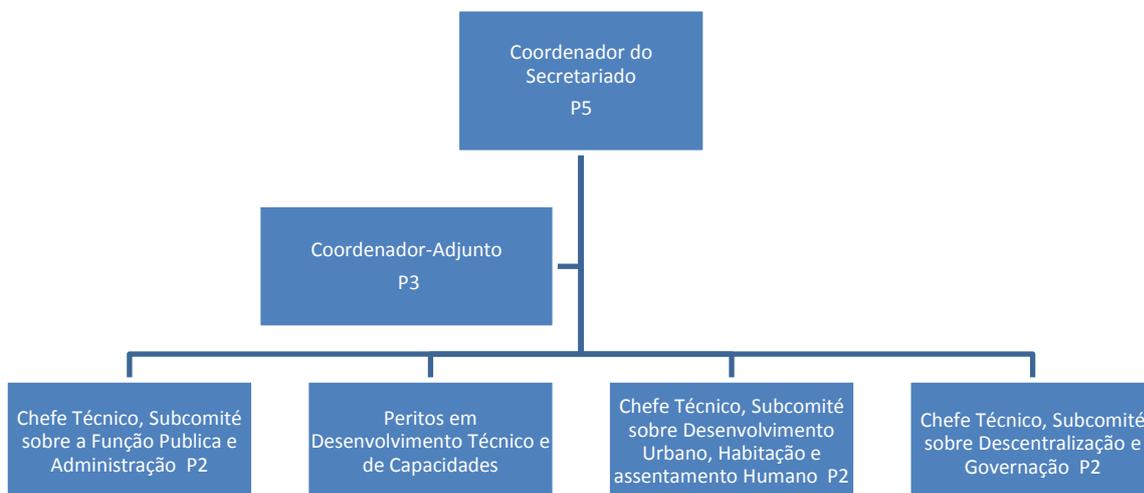
5. **Decidimos** que o Presidente do CTE-UA sobre o Desenvolvimento Urbano e Assentamento Humano será o assessor do Presidente do CTE e acompanhará o Presidente do CTE em reuniões oficiais; esta decisão foi tomada para acomodar o Presidente do CTE sobre o Desenvolvimento Urbano e Assentamento Humano na Mesa, uma vez que uma região do continente não pode ocupar duas posições na Mesa.
6. **Recomendamos** a incorporação do pessoal dos Secretariados das três antigas conferências (CAMPS, AMCOD e AMCHUD) na estrutura da Comissão da União Africana e apelamos ao Departamento de Assuntos Políticos (DAP) para facilitar os processos administrativos necessários para o cumprimento da presente recomendação, após a sua aprovação pelo Conselho Executivo;
7. **Decidimos ainda mais** constituir três Subcomités sobre:
 - a. Função Pública e Administração;
 - b. Governo Local e Descentralização, e
 - c. Desenvolvimento Urbano e Assentamento Humano;
8. **Solicitamos** os Estados-membros para constituir uma equipa focal nacional de alto nível para o CTE em cada um dos Estados-Membros da União Africana;
9. Com o apoio do Secretariado do CTE, **solicitamos** a Mesa do CTE para preparar as orientações necessárias à operacionalização dessas equipas focais nacionais;

10. **Comprometemo-nos** a mobilizar os recursos necessários para a implementação efectiva dos programas do CTE-UA;
11. **Apelamos** à União Africana para, doravante, fazer dotações orçamentais adequadas para o trabalho do CTE sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;
12. **Adoptamos** o plano de trabalho do CTE para o período de 2015-2016 e solicitamos a CUA e os três Subcomités para facilitar a implementação e realização eficazes dos programas de trabalho;
13. **Saudamos** todos os parceiros, incluindo os do Sistema das Nações Unidas, que têm prestado apoio aos sectores, no quadro do presente CTE e incentivamos os Subcomités do CTE e o DAP/CUA para fortalecer e manter essas parcerias;
14. **Reconhecemos** todas as instituições de capacitação de renome em todo o continente para ajudar CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização em matéria de capacitação;
15. **Incentivamos** todos os Estados-membros a apoiar o pessoal da Comissão da União Africana no sentido de aumentar a capacidade dos recursos humanos do Secretariado do CTE;
16. **Aprovamos** o projecto de Regulamento Interno do CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização e recomendámo-lo à apreciação pelo CTE sobre Justiça e Assuntos Jurídicos;
17. **Decidimos** aplicar o referido projecto de Regulamento Interno provisoriamente até à sua aprovação pelo Conselho Executivo;
18. **Solicitamos** ao Presidente do CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização para levar a presente Declaração à atenção dos Órgãos Decisores da União Africana para apreciação.
19. **Decidimos** realizar a Segunda Sessão Ordinária do CTE em 2016.

XI. ESTRUTURA DO CTE-UA SOBRE A FUNÇÃO PÚBLICA, GOVERNO LOCAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E DESCENTRALIZAÇÃO



XII. PROPOSTA DO ORGANIGRAMA DO SECRETARIADO DO CTE-UA SOBRE A FUNÇÃO PÚBLICA, GOVERNO LOCAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E DESCENTRALIZAÇÃO



XIII. DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA OPERACIONALIZAÇÃO DOCTE-UA

12. O papel do Departamento de Assuntos Políticos aumentou do Secretariado de uma das três outrora Conferências Ministeriais (AU-CAMPS) para o de Secretariado do CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização.

13. Os representantes dos Estados-membros da UA presentes na Primeira Sessão Ordinária do CTE concluíram que a União Africana deve assumir a responsabilidade financeira dos CTE, uma vez que os Estados-membros não podem pagar suas dívidas anuais com a UA e voltarem a contribuir para apoiar os programas e actividades do CET-UA.

14. O pessoal dos Subcomités do CTE-UA CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização não foram integradas na arquitectura de governação da União Africana e os seus salários são actualmente cobertos ou pelos Estados-membros apoiantes, ou tirados da contribuição antiga dos Estados-Membros da UA.

15. O Departamento de Assuntos Políticos actualmente tem pessoal reduzido que trabalha no Secretariado do CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização, a saber (1) Director Político, (1) Assistente em matéria Governação (1), Secretária de Administração).

XIV. CONCLUSÃO:

16. Uma vez que o CTE foi operacionalizado, a União Africana e os seus Estados-membros devem disponibilizar os recursos humanos e financeiros necessários para o funcionamento eficaz do CTE da UA sobre a Função Pública, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização.

2015

Report of the first ordinary session of the African union specialized technical committee on public service, local government, urban development and decentralization, Brazzaville, republic of Congo, 24-26 November 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4772>

Downloaded from African Union Common Repository